

# PAI PRESENTE INTERIOR

## UNIDADE JUDICIAL OU CEJUSC

### *PASSO A PASSO (EXTRAJUDICIAL E JUDICIAL)*

- **1.º PASSO:**

O Magistrado responsável pela comarca deve observar quais os processos são passíveis de realização de exame (averiguação de paternidade em que não haja registro de pai na certidão de nascimento do interessado) e que possuam o benefício da assistência judiciária gratuita e agendar, preferencialmente em regime de mutirão, audiências de conciliação para realização de reconhecimento de paternidade (com exame de DNA ou reconhecimento espontâneo);

Caso não haja processos nessas condições, o magistrado também pode receber solicitações extrajudiciais, com o preenchimento do formulário pela parte interessada, convidar o suposto pai a participar de audiência para realização do exame de DNA em que será lavrado o termo de concordância do exame pelas partes, e recolhimento da documentação necessária.

#### **MODELO DETERMO DE AUDIÊNCIA – CONCORDÂNCIA DO EXAME DO DNA**

Aos XX dias do mês de XXXX do ano de XXXX, às XX:XX horas, nesta (NOME DA UNIDADE) da Comarca de XXXX, presentes o(a) Exmo(a) Dr(a). (JUIZ DA COMARCA), Juiz(a) de Direito, o(a) Bel(a)., Conciliador(a) abaixo assinada. Aberta a audiência, presentes se encontravam: o Autor, XXXXXXXXXXXX, nascido em XX/XX/XXXX, representado por sua genitora, (NOME DA GENITORA) BRASILEIRA, (ESTADO CIVIL), (PROFISSÃO), residente e domiciliada à (ENDEREÇO / CEP / CIDADE-ESTADO), Telefone: (DDD) XXXX-XXXX, RG nº, CPF nº.

e,  
o SR. (NOME DO SUPOSTO PAI) BRASILEIRO, (ESTADO CIVIL), (PROFISSÃO), residente e domiciliado à (ENDEREÇO / CEP / CIDADE-ESTADO), Telefone: (DDD) XXXX-XXXX, RG nº, CPF nº.

Os requerentes manifestaram a concordância em submeter-se ao EXAME DE DNA, cujo material será colhido nesta data pelo Laboratório Centro de Diagnóstico do GACC (Grupo de Apoio a Criança com Câncer), empresa conveniada com o Tribunal de Justiça da Bahia. Os requerentes, desde logo, ficam cientes de que o laudo pericial será encaminhado para a Secretaria deste Projeto, onde as partes serão notificadas a comparecerem a fim de conhecerem o resultado do exame.

Expeça-se ofício para o laboratório apresentando as partes para procederem ao EXAME DE DNA.

Nada mais havendo dou por encerrado presente termo.

\_\_\_\_\_  
Juiz / Juíza de Direito

\_\_\_\_\_  
Conciliador(a)

\_\_\_\_\_  
Genitora do(a) Menor Suposto Genitor  
Tel: Tel.:

- **2.º PASSO:**

Posteriormente, deve ser enviado para o e-mail: [paipresente@tjba.jus.br](mailto:paipresente@tjba.jus.br), um ofício constando a data e horários das audiências, assim como, o número de processos que irão participar da investigação de paternidade, saliento que a referida data deve nos dar um prazo de no mínimo 20 dias para o envio dos kits, haja vista que dependemos da celeridade dos Correios para proceder a entrega.

Após o recebimento do ofício, os kits serão enviados em prazo suficiente para a realização dos exames mencionados juntamente com material de divulgação do pai presente extrajudicial (sem processo).

- **3.º PASSO:**

Caso não haja servidor na comarca apto a realizar a coleta do material genético, cujo procedimento se faz por coleta de saliva, o Magistrado responsável poderá entrar em contato com a secretaria de saúde da cidade e solicitar profissionais que possam comparecer no dia das audiências para proceder a coleta do material genético.

- **4.º PASSO:**

Após o mutirão, a comarca deve enviar, através de ofício (modelo anexo), para a Diretoria de Assistência à Saúde (setor do Tribunal de Justiça da Bahia), o material coletado junto com os documentos para que seja encaminhado para o laboratório CDG.

É necessário encaminhar a coleta junto com a documentação cuja relação segue abaixo.

Em um prazo de 30 à 40 dias, a Diretoria de Assistência à Saúde receberá o resultado dos exames (enviados pelo laboratório conveniado), e encaminhará para a comarca;

#### **Documentação necessária:**

- *Cópias **legíveis** dos documentos oficiais com foto, das partes envolvidas no exame (rg, certidão de nascimento ou DNV (Declaração de Nascido Vivo), ctps);*
- *Em caso de suposto pai falecido, cópia da certidão de óbito do suposto pai falecido;*
- ***Ficha de Identificação** preenchida e assinada pelo juiz;*
- ***Ofício** com o nome das partes, assinado também pelo juiz.*

#### **MODELO DE OFÍCIO AO LABORATÓRIO**

Salvador-Ba, XX de XXXX de XXXX.

**Ofício N°XXXX /2016**

Pelo presente encaminhado :

Interessado: XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX

Genitora: XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX

Representante legal: XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX

Suposto genitor: XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX

,devidamente identificados pelos documentos anexos, partes no procedimento investigatório da paternidade do menor acima identificado para serem submetidos ao exame de DNA através do **Projeto Pai Presente**, solicitando a devolução através de laudo circunstanciado no prazo de 30 dias, no endereço: (Endereço da Unidade na Comarca)

**Nome do Juiz**  
**Juiz(a) de Direito**

- **5.º PASSO:**

Após o recebimento dos exames de DNA na Comarca, aqueles relativos a processos judiciais serão juntados aos autos.

Já para os que foram realizados em face das solicitações extrajudiciais, o Magistrado da Comarca determinará a marcação de mutirão para realização de abertura dos exames de DNA, notificar-se-ão as partes para comparecimento e abertura do exame, lavrando-se o Termo de Reconhecimento Espontâneo de Paternidade, como base o modelo proposto anexo. Para os reconhecimentos com ajuste de pensão alimentícia ou que envolvam direitos

de absolutamente ou relativamente incapaz, deverá ser cientificado o Ministério Público.

**PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DA BAHIA  
COMARCA DE XXX-BA  
PROJETO PAI PRESENTE**

**TERMO DE RECONHECIMENTO ESPONTÂNEO DE PATERNIDADE /  
COM ACORDO DE PENSÃO ALIMENTÍCIA**

Aos XX dias do mês de XXXXX do ano de XXXX, às XX:XX horas, nesta (NOME DA UNIDADE) da Comarca de XXXX,, presentes o Exmo Dr. (JUIZ DA UNIDADE), Juiz(a) de Direito, o(a) Bel(a). , Conciliador(a), comigo, Digitadora abaixo assinada. Aberta a audiência, presentes se encontravam: o Autor **XXXXXXXXXX**, nascido(a) em XX/XX/XXXX, como prova a certidão anexa, representado(a) por sua Genitora **XXXXXXXXXX**, brasileira, (ESTADO CIVIL), (PROFISSÃO), residente e domiciliada (ENDEREÇO), telefone nº. (71) XXXX-XXXX, RG nº XXXXXXXXXXXX; e o Sr. **XXXXXXXXXXXXXXXX**, brasileiro, (ESTADO CIVIL), residente e domiciliado na (ENDEREÇO), telefone nº. (71) XXXX-XXXX. RG nº. XXXXXXXXXXXX.

Os requerentes, desde logo, outorgam à conciliadora acima referida, poderes para promover a homologação do presente acordo, declarando, em seguida, que se obrigam ao cumprimento das cláusulas e condições a seguir:

O Requerido, reconhece, após a abertura de Exame de DNA com resultado positivo, a paternidade do(a) menor **XXXXXXXXXXXX**, para todos os fins e efeitos de direito, para fazer constar no seu termo de nascimento o nome do seu genitor **XXXXXXXXXXXXXXXX**, seu progenitor **XXXXXXXXXXXXXXXX** e progenitora **XXXXXXXXXXXXXXXX**, passando o menor a chamar-se **XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX**.

As partes renunciam ao direito recursal, nos termos do art. 186 do CPC, para que a sentença homologatória possa surtir eficácia imediata.

O(A) Menor continuará sob a guarda de sua genitora, e ao genitor caberá o direito de visitas **em finais de semanas e feriados alternados, bem como, metade da férias escolares, que deverão ser alternadas anualmente /**

direito de visitas livres, respeitando os interesses do(a) menor.

O Requerido pagará em favor do(a) Menor, a título de pensão alimentícia, o equivalente a XX% (XXXX por cento)

a) de seus rendimentos, incidindo também sobre o 13º Salário, considerando-se esses rendimentos deduzidos exclusivamente dos descontos legais da Previdência Social e do Imposto de Renda, não incidindo sobre Adicional de Férias, FGTS e qualquer Parcela Indenizatória ou Rescisória, cujo valor deverá ser descontado em folha de pagamento e depositado na conta corrente a ser aberta através deste Juízo, em nome da genitora do(a) menor

b) do salário mínimo, a ser depositado até o dia XX de cada mês, a partir do mês **XXXXX** do corrente ano, em conta corrente a ser aberta através deste Juízo, em nome da Representante Legal do(a) menor.

As despesas médicas, odontológicas, com medicamentos, fardamento e materiais escolares, serão divididas igualmente entre os genitores do(a) menor.

Requerem ao Exmo. Sr. Juiz de Direito da Vara de Família desta Capital, a homologação do presente acordo, em todos os seus termos, bem como os benefícios da justiça gratuita.

Pelo Juiz foi dito que: **HOMOLOGO, por sentença, o acordo celebrado entre as partes, para que produza os seus jurídicos e legais efeitos. Defiro a gratuidade. Em homenagem aos princípios de economia e celeridade processuais, dou a esta sentença força de Mandado de Averbação, o que dispensa expedição de quaisquer outras diligências, devendo a parte encaminhá-la ao Cartório competente. Determino ao Oficial de Registro Civil das Pessoas Naturais do Subdistrito de XXX Comarca de XXX, que vendo o presente e em seu cumprimento, proceda à margem do Livro de Registro de Nascimento XXX, às folhas nº XXX, sob o Termo nº XXX, a averbação do registro de nascimento para constar o nome do menor XXXXX, o nome do seu genitor XXXXXXXXXXXXXXX e dos avós paternos XXX e XXX.**

**SE O REGISTRO CONSTAR EM OUTRA COMARCA:**

**Expeça-se cópia deste Termo com força de Ofício e remeta-se ao Juízo de Direito da Vara de Registro Civil das Pessoas Naturais da Comarca de XXXX, solicitando seja autorizada a averbação da paternidade reconhecida acima, pelo Cartório do Registro Civil das Pessoas Naturais do Subdistrito / Distrito XXXXX, daquela Comarca, às fls. XX, do Livro XXXX, no termo nº XXXX.**

**Após as demais providências, expedição de ofício para abertura de conta e/ou desconto em folha dos alimentos ora acordados.**

Dá-se ao presente acordo o valor de R\$ 100,00 para efeitos fiscais.

Os requerentes ficam cientes que, havendo necessidade de execução, o interessado deverá constituir advogado ou procurar a Defensoria Pública, com cópia da sentença homologatória conforme art. 25-A, da Resolução nº 5/2006-TJ-BA.

Nada mais havendo, dou por encerrado o presente termo.

Juiz de Direito

\_\_\_\_\_  
Conciliador(a)

\_\_\_\_\_  
Genitora do(a) Menor Genitor

Genitor

A Supervisão desta (NOME DA UNIDADE), reconhece como legítima a assinatura deste, Magistrado, o que dispensa a sua autenticação em Tabelionato de Notas. Dou fé, eu, \_\_\_\_\_, Supervisor(a) da (NOME DA UNIDADE).

- **6.º PASSO:**

A comarca deverá enviar relatório constando o número de exames demandados pela Unidade, bem como os negativos, positivos ou inconclusivos, para compor a estatística do pai presente no Interior do Estado.

**INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES:**

TRATAR PELO TELEFONE (71) 3372-5076/5167 OU PELO E-MAIL: [paipresente@tjba.jus.br](mailto:paipresente@tjba.jus.br)

## FORMULÁRIO

Data da solicitação: ____/____/____	
<b>DADOS DO(A) FILHO(A)</b>	
NOME:	DATA NASCIMENTO:
RG:	CPF:
NOME DA MÃE:	
RG:	CPF:
ENDEREÇO:	CEP:
E-MAIL:	TELEFONE:
<b>LOCAL DA SOLICITAÇÃO:</b>	<b>CEJUSC DE</b> _____ <b>CEJUSC FAMÍLIA - CONCILIAÇÃO</b> <b>OUTROS:</b> _____
<b>DADOS DO SUPOSTO PAI</b>	
NOME:	
RG:	CPF:
DATA NASCIMENTO:    /    /	
ENDEREÇO:	
	CEP:
E-MAIL:	TELEFONE:
<b>EM CASO DE SUPOSTO PAI FALECIDO</b>	
NOME 1:	TELEFONE:
ENDEREÇO:	
NOME 2:	TELEFONE:
ENDEREÇO:	
NOME 3:	TELEFONE:
ENDEREÇO:	

OBSERVAÇÃO: A investigação de vínculo genético de casos *post mortem* procura reconstruir o perfil genético do possível pai falecido através de seus ascendentes e descendentes, e tem seu resultado afetado diretamente pelo número de participantes envolvidos na perícia. A combinação pode ser: mãe ou pai do possível pai falecido; mãe ou pai do possível pai falecido + dois ou mais irmãos do mesmo; dois ou mais filhos legítimos + mãe dos mesmos (viúva).

FAVOR ANEXAR A CERTIDÃO DE NASCIMENTO DO MENOR OU CARTEIRA DE IDENTIDADE, CPF E COMPROVANTE DE RESIDÊNCIA DA MÃE. PARA MAIS INFORMAÇÕES, LIGUE (71) 3372-5076 ou 0800 284 2252 OU ENVIE UMA MENSAGEM PARA O E-MAIL: [PAIPRESENTE@TJBA.JUS.BR](mailto:PAIPRESENTE@TJBA.JUS.BR).